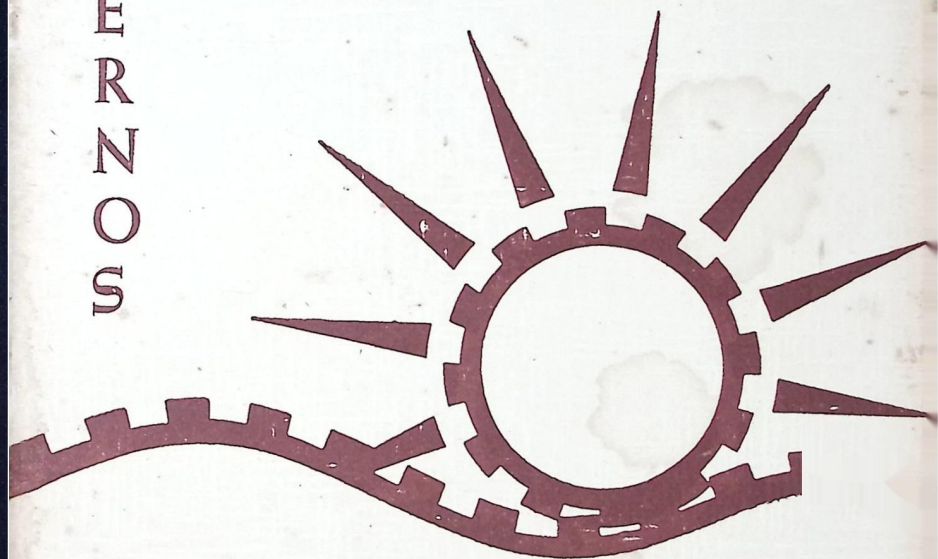


C
A
D
E
R
N
O
S

DO **CEAS**



**Chance
aos agricultores**

Centro de
Estudos e
Ação
Social

N.º 8

Salvador, Bahia — Outubro de 1970

c a d e r n o s d o c e a s n . 8

chance aos agricultores

o movimento de educação promocial do espírito santo

centro de estudos e ação
social
salvador, bahia
outubro de 1970

centro de estudos e ação social (ceas)
av. princesa leopoldina, 9 (graça)
salvador, bahia
brasil

SUMÁRIO

<i>Uma Iniciativa para o Desenvolvimento Rural</i>	1
Realizações do Mepes	1
Inspiração e Metodologia	7
<i>Análise Crítica</i>	13
Peculiaridades do Mepes	13
Perspectivas em Outras Áreas: Extensão ao Nordeste?	18
Abordagem da Problemática Religiosa	23

UMA INICIATIVA PARA O DESENVOLVIMENTO RURAL

REALIZAÇÕES DO MEPES

O Emprêgo de um Capital

A história de um homem do interior que desperta para o progresso e que se compara com os mais favorecidos, os que estão na frente dêle, é a tentativa de responder a uma pergunta que o acompanha de uma forma quase obsessiva: que posso fazer? estou já condenado ou tenho ainda condições de participar num processo de realização mais completa?

A resposta, muitas vèzes, é a fuga ou o desespero. Mas, o abandono da própria terra para um lugar que ofereça o bem-estar almejado só faz exacerbar as divisões sociais do nosso tempo, intensificando a desproporção entre áreas avançadas e atrasadas. A segunda posição, não desperta o homem, sufocando qualquer perspectiva de progresso e promoção.

A história do Mepes também é uma tentativa de resposta à mesma pergunta angustiante. O dilema dramático veio a ser superado, concentrando-se a atenção sobre o elemento mais aproveitável e rentável das

áreas subdesenvolvidas, o **Capital Humano**. Um grande capital esquecido e abandonado, que tem que ser descoberto, dinamizado, educado e canalizado para as vias do progresso. É o homem marginalizado que tem que ser recuperado e transformado em agente ativo da sua história e do seu progresso.

O Movimento do Mepes nasceu desta preocupação e com a pretensão de dar a sua modesta contribuição para a solução dêste problema vital.

Motivos de uma Escolha

Algumas circunstâncias favoreceram a formulação e realização do plano. Em 1964 um grupo de padres da Companhia de Jesus, que atuavam no Estado do Espírito Santo, fixou a atenção sobre uma área ao sul de Vitória, que apresentava uma configuração sócio-econômica homogênea e característica. Mais especificamente, foi o Pe. Humberto Pietrogrande quem observou pela primeira vez as condições propícias do lugar para a realização de um plano racional de

desenvolvimento através de uma ação comunitária de promoção integral.

Em lugar de programações de ampla dimensão, pensou-se em lançar pequenas experiências, como testes para um plano mais vasto, a ser realizado futuramente. Chegou-se assim à determinação de algumas zonas preferenciais para a aplicação de um plano-piloto, abrangendo o perímetro de ação 5 Municípios: Anchieta, Rio Novo do Sul, Iconha, Piuma, Alfredo Chaves.

Estas localidades apresentavam algumas condições de país desenvolvido: relativa facilidade de comunicações, fertilidade do terreno, estruturas bastante eficientes, clima favorável, presença de comunidades fáceis a serem despertadas para assumir o papel de agentes da sua promoção. Paralelamente, havia aspectos típicos de realidade subdesenvolvida: baixa renda per capita, agravada pela recente campanha de erradicação dos cafés, baixo nível de educação, economia essencialmente agrícola, etc.

Além disso, a área escolhida revelava outras características comuns, definidas nos seguintes itens:

— trata-se de uma região colonizada no século passado, por imigrantes, na grande maioria italianos (quase 80% no interior);

— o meio rural é caracterizado por fazendas pequenas e médias, sendo a economia pobre, destinada apenas à subsistência e ao consumo. Como decorrência deste ambiente, a família é o grupo social de maior consistência;

— atualmente não existe na região possibilidade para os agricultores e seus filhos melhorarem a formação

profissional e elevarem o nível de cultura; os jovens mais capacitados abandonam a terra, ficando o ambiente desprovido de elementos que possam contribuir para o desenvolvimento;

— não existem na zona técnicas modernas de trabalho (a agricultura baseia-se fundamentalmente no trabalho manual do homem). Há vasta disponibilidade de recursos naturais, que não estão sendo aproveitados racionalmente (o animal, por exemplo, não é empregado como instrumento de trabalho, e a água, abundante, não entra no ciclo produtivo como elemento normalizador das culturas);

— a população em média é muito jovem e concentrada em famílias numerosas;

— a assistência médica é praticamente inexistente. Resume-se a um médico existente; o hospital mais próximo encontra-se em Cachoeiro de Itapemirim;

— o território possui um eficiente elemento de união, representado pela profunda religiosidade (embora do tipo tradicional) a despeito do número limitado de padres.

Esta região apresentava assim, um potencial humano muito elevado, mas não aproveitado, e condições para experiências válidas de promoção comunitária.

Colaboração Italo-Brasileira

Dados e observações foram transmitidos por carta a um grupo de amigos italianos que estavam afetivamente ligados à experiência brasileira e que, colocando-se em atitude crítica frente às condições de bem-estar da sociedade italiana, queriam

se associar ao esforço desenvolvimentista dos brasileiros.

Surgiu destarte o primeiro Projeto de Fundação Italo-Brasileira "para o desenvolvimento religioso, cultural, econômico e social no Estado do Espírito Santo". O critério básico do Projeto estava na colaboração de entidades e associações italianas e brasileiras, no plano da pesquisa científica e da realização prática, visando a promoção integral de uma comunidade. O Projeto colocava as bases de um "inter-câmbio", oferecendo a oportunidade para todos os organismos e indivíduos colaborarem com a finalidade proposta. Haveria, porém, o objetivo específico de, respeitando o processo natural de expansão, orientar a comunidade rural tradicional para a fase industrial mais evoluída.

Finalmente, o Projeto fixava claramente o conceito de "serviço", pois, não se tratava de impor esquemas, mas de colocar em comum patrimônios e experiências para uma valorização dos elementos sócio-econômico-religiosos da comunidade em desenvolvimento.

As Linhas Mestras do Plano

O primeiro esquema da estruturação do Movimento foi concebido de maneira a favorecer ao máximo a participação ativa da base. Nesta perspectiva, vinham se distinguindo no Movimento as duas dimensões fundamentais de Centro e Equipes.

O "Centro", com um Presidente, cuidando mais da elaboração de pla-

nos, formação de equipes, assistência às comunidades, devia ser apoiado por uma Comissão Científica, responsável pela orientação de caráter técnico, e por uma Comissão Econômica encarregada da obtenção dos recursos necessários e da administração.

As "Equipes", com finalidade de atuação direta, tinham como objetivo formar e dinamizar as forças locais para consolidar e continuar a obra iniciada.

Embora esta estrutura não esteja ainda completamente realizada, os acontecimentos dos anos seguintes mostraram a eficiência e a validade da estrutura, que além da sua atuação estimuladora das comunidades, fomentou uma crescente interação cúpula — base de grande valia para a realização dos interesses comuns.

Em janeiro de 1967, após nova intervenção do Pe. Humberto, instituiu-se na Itália a "Associazione degli Amici dello Stato Brasiliano dello Spirito Santo,"¹ na cidade de Pádua (Itália), com finalidade de "desenvolver qualquer forma de intercâmbio em nível de pessoas, grupos, entidades, entre o Estado do Espírito Santo no Brasil e os sócios desta Associação". A criação da Associação fez com que um grupo de 7 agricultores do interior com bolsas de estudo do CECAT² e do Instituto "Benedetto da Norcia" de Pádua, pudesse fazer um curso de aperfeiçoamento num Instituto de Técnica Agrícola.

Sucessivamente, aos cuidados da mesma Associação, um engenheiro agrônomo da ACARES,³ duas assistentes sociais e duas professoras fo-

1. Associação dos Amigos do Estado do Espírito Santo do Brasil.
2. Centro de Educação e Cooperação Agrícola de Treviso (Itália).
3. Associação de Crédito e Assistência Rural do E. S.

ram também à Itália para estágio de aperfeiçoamento. Mais tarde, uma delegação de técnicos italianos composta pelos professores Danilo Agostini da Universidade de Pádua, Giuliano Giorio (sociólogo) e Mario Zuliani, esteve por 2 meses no Espírito Santo para estudar as condições de aplicação do plano.

Com a volta do Pe. Humberto ao Brasil, em agosto de 1968, iniciou-se uma série de entendimentos com líderes locais, Vigários e Prefeitos do Espírito Santo, para elaborar o primeiro plano de ação na área escolhida. Com o assessoramento dos técnicos italianos e dos da ACARES, em conjunto com os líderes das comunidades, chegou-se às seguintes conclusões:

1) Devia-se dar prioridade absoluta à educação, numa forma não tradicional, e capaz de desenvolver todas as capacidades humanas, com participação responsável das comunidades.

2) Na aplicação do plano educacional, a comunidade daria o primeiro passo para mostrar o seu direito de liderança na formação dos próprios filhos; mas, ao mesmo tempo, haveria a colaboração e supervisão das entidades e autoridades competentes.

3) Tratando-se de ambiente rural onde existia um êxodo muito acentuado para a cidade, era preciso colocar em destaque o valor da atividade agrícola, apresentando-a na sua dignidade, tornando o agricultor, humana e tecnicamente um profissional no seu setor.

4) Para garantir a participação consciente das comunidades, estabele-

cer uma ação de baixo para cima e não o contrário, era preciso aproveitar todos os recursos humanos, econômicos e materiais da área. A importação de recursos externos não deveria sufocar ou atrofiar a iniciativa local, mas estimular e equilibrar os esforços dos grupos locais.

5) Necessidade de criar uma entidade jurídica, que coordenasse o trabalho de promoção em toda a área. Por isso, foi constituído em cada localidade um "Comitê para o desenvolvimento sócio-econômico do Município de...", procurando respeitar o princípio de participação, mediante a representação dos agricultores, dos Prefeitos, dos Vigários, da ACARES, etc. e garantir o pluralismo de interesses e competências.

6) Na fase inicial, foi determinada a criação de 3 "Escolas-família", visando a formação de agricultores-técnicos. O mínimo de condições exigidas era a disponibilidade de 3 alqueires de terreno e um prédio em boas condições para a vida de um grupo de 20 a 25 estudantes. Frizou-se bastante que a escola não devia ser do "Município" como tal, mas da entidade cuja finalidade era unir e irmanar num único esforço de evolução os 5 Municípios. Tudo isto, para superar o bairrismo e a competição estéril dos Municípios e grupos, e para marchar juntos visando a promoção do homem e da comunidade inteira.

Rumo à Realização

No dia 25 de abril de 1968, na Câmara Municipal de Anchieta, uma Assembléia de agricultores representantes dos Municípios, assinava a

ata constitutiva do Movimento de Educação Promocional do Espírito Santo (MEPES), que tinha como finalidade "a promoção da pessoa humana, através de uma ação comunitária que desenvolva a mais ampla atividade inerente ao interesse da agricultura e principalmente no que tange à elevação cultural, social e econômica dos agricultores". Na Junta Diretora do Mepes se encontram os representantes da Companhia de Jesus, dos Vigários, dos Prefeitos, da Associação dos Amigos Italianos e da ACARES. A Junta Diretora nomeia o Secretário Executivo, enquanto um Conselho Administrativo tem o papel de controlar a atividade do Secretário Executivo e de fiscalizar as despesas. Só neste nível estão presentes os representantes dos agricultores e dos pais dos alunos.

As condições iniciais não revelaram um núcleo da base suficientemente consistente para ela ser representada em nível de Junta Diretora. Mas, a sucessiva inserção destes representantes no órgão máximo da entidade fica ainda aberta, e só depende da evolução do processo a outorga aos representantes das associações de base de maior participação na responsabilidade direcional do Movimento. Fica, porém, claro que já existe a participação da base na direção e gestão das escolas-família.

Função de uma Pesquisa

Quando, em 1968, o Mepes decidiu lançar a primeira pesquisa sócio-econômica da área escolhida (os 5 Municípios acima indicados) não se pretendia apenas recolher dados cien-

tíficos em vista da formulação do plano.

A finalidade era sobretudo a de estabelecer um "encontro" com todos os membros da comunidade, a fim de que o povo inteiro, através de um processo de auto-análise, fosse conscientizado sobre a realidade e os seus problemas, e apontasse as soluções mais compatíveis, tomando assim a iniciativa desde o início. Justamente isto representava a característica peculiar de todo o trabalho.

Além disso, o esquema tradicional de pesquisa-planejamento-aplicação, foi modificado pelo Mepes no seguinte: apresentação do plano-pesquisa-revisão do plano. Para redigir as fichas familiares do censo, a equipe de entrevistadores primeiramente fez questão de visitar todas as famílias, convidando-as depois para, em lugar apropriado, compilar as fichas em conjunto, esclarecendo sobre a finalidade e o valor do levantamento. Houve assim uma maior adaptação às exigências concretas e vitais da base, e ao mesmo tempo um esforço para conscientizá-la e torná-la parte ativa na elaboração do projeto.

Escolas do Campo, para o Campo

A "Escola-família rural" deu a resposta mais satisfatória ao anseio acima apontado. Não foi uma fórmula original, pois, métodos análogos tinham sido experimentados com sucesso na França e na Itália. O Mepes estudou uma adaptação destas experiências, conseguindo dar à "Escola-família rural" brasileira um cunho peculiar, mais ajustado aos objetivos visados.

A característica essencial da Escola é o regime de "alternância", passando os alunos alguns dias em casa e outros na escola, e um currículo e plano de trabalhos que, através do aluno, atingem a comunidade animando-a e inserindo-a diretamente no processo de evolução.

Dimensões de um Impacto

O esforço maciço concentrado naquela área criou um impacto, despertando o interesse das comunidades e colocando as premissas para uma rápida mudança na marcha do processo.

A "Escola-família", na complexidade das suas aplicações, constituía o centro focal da intervenção. Desde o início, colocou-se a perspectiva de estender as escolas-família também às moças. Alguns preconceitos e dificuldades não permitiram a realização. Todavia, um novo caminho abriu-se em forma de "Cursos de Economia Doméstica". Estes cursos propunham-se a criar condições para as futuras escolas, ministrando às moças do interior noções fundamentais de economia doméstica, de cultura geral, visando uma participação mais ativa das alunas nos problemas da comunidade. No ano de 1969, cursos volantes foram administrados em 5 localidades; a previsão é de instituir 5 cursos por ano em vários lugares a fim de atingir toda a área no decorrer de alguns anos.

Para despertar e engajar cada vez mais as comunidades no processo,

foram aplicados mais alguns instrumentos de animação que deram ótimo resultado. Os "Comitês" de propaganda e arrecadação, as festas e os torneios de amizade conseguiram vencer muitos preconceitos e divisões. Lançou-se até um concurso de "Rainha do Mepes": o critério de julgamento incluía o serviço prestado à comunidade e o valor das respostas dadas a um questionário. Assim também a "Rainha", com os seus dotes de simpatia e capacidade humana, representou um símbolo e um estímulo para a união e a colaboração.

Interesses Copulados

Vários pontos nevrálgicos para criar o impacto iam sendo descobertos e valorizados. A Diretoria do Mepes, conforme as oportunidades, solicitou de outros organismos e entidades que se engajassem, cada um no seu nível e com as suas características, mediante contribuição econômica, colaboração nas iniciativas, ou reflexão sobre as experiências.

Entraram, assim, em convênio com o Movimento vários Organismos brasileiros e estrangeiros (da Itália, França, Alemanha, Estados Unidos), cada um participando ativamente na realização do plano na parte de reflexão filosófica e metodológica, ou com a sua contribuição em meios e pessoal qualificado: sempre procurando um diálogo sincero e aberto para facilitar ao máximo o desenvolvimento espontâneo da população local.

INSPIRAÇÃO E METODOLOGIA

O Homem ao Centro

Em dois anos de existência o Mepes alcançou uma concretização e estruturação em termos de eficiência, que superou a expectativa, e que só encontra suficiente explicação no fundamento ideológico que o anima e acompanha a sua evolução.

A visão do homem como valor absoluto no mundo é o ponto fundamental da filosofia do Mepes. A lei constante de orientação é a pessoa humana como fim e não como meio, homem livre e criador, operador da história como sujeito, e não só objeto, representando o termo final da evolução e não um simples fator constitutivo.

O esboço do histórico acima apresentado não foi apenas para apontar o dinamismo e eficiência de um trabalho, mas sobretudo a validade de uma "inspiração". As iniciativas e realizações do Mepes, como a pesquisa, a "Escola-família" e a ação pluralista, nos revelam constantemente a preocupação básica de despertar a consciência do homem do campo, de torná-lo capaz de auto-determinação em plena liberdade e responsabilidade.

O que se quer, não é criar condições ótimas, nem caminhos fáceis abertos por alguns "esclarecidos", e sim fazer com que o homem marginalizado e desprovido, com a colaboração de outros, encontre em si mesmo as forças para dar o primeiro passo, para solucionar os "seus" problemas, para modificar a estrutura do "seu" meio.

Comunidade Engajada e Aberta

A concepção do homem como artefice principal da sua promoção, conjugada-se na filosofia do Mepes à visão de uma comunidade responsável e globalmente engajada no processo da sua evolução. Não uma Comunidade estática ou desencarnada, mas sim mergulhada no mundo concreto de hoje, embora condicionada pela situação sócio-econômica em que se encontra. A realidade a ser encarada é dura e empolgante, feita de graves contrastes, num desequilíbrio profundo entre grupos e áreas do mundo: contrastes entre ricos e pobres, entre marginalizados e abastados, numa tensão alimentada pela ignorância, doenças, guerras e opressão.

É justamente nesta visão de contrastes que se introduz a intuição mais profunda no conjunto da "inspiração" do Mepes. Não se trata de eliminar de um golpe as tensões, mas de superá-las através de uma síntese dialética para aproveitar a dinâmica dos polos opostos. Os membros de cada comunidade deverão se esforçar para superar qualquer tensão e desequilíbrio, abrindo-se uns aos outros, lutando "com" e não "contra" os outros: é o caminho da solidariedade, do intercâmbio autêntico, que deve ser procurado constantemente. Este intercâmbio em todos os níveis não é somente metodologia: no Mepes é proposto e realizado como ponto-chave da evolução do homem e da comunidade, e é considerado como finalidade própria do Movimento.

Equilíbrio Estrutural

A própria distinção de "cúpula" e "base" na estruturação, é sustentada por este princípio de equilíbrio e intercâmbio procurado por tendência espontânea. Aqui também a tensão entre cúpula e base tem a sua validade na complementação dos dois termos: evitar-se-á que os órgãos "dirigentes" constituam uma super-estrutura alienada da base, autônoma e estéril, e que a própria base ficando independente encontre soluções de emergência inadequadas. É aceitável, em linha de princípio, a presença de um líder externo que saiba catalizar as energias latentes a fim de que a própria comunidade inicie o movimento. Foi o que aconteceu justamente na fase da primeira expansão.

Em nível diretivo e administrativo é normal que se verifique uma "tensão" entre idealismo e funcionalismo. Um rígido funcionalismo pode levar ao empobrecimento das iniciativas, tornar o Movimento mera máquina burocrática. Por isso, o Mepes exige dos "funcionários" um espírito de dedicação que nasce de uma fé na finalidade do Movimento. Funcionários não só tecnicamente bem dotados, mas também engajados e voltados integralmente para o serviço da comunidade.

Dialética Orientada

O homem em si é realidade complexa, e a solução dos seus problemas de realização e evolução no mundo atual pressupõe intuições profundas, mais que filosofias estruturadas com esquema bem definido. O Mepes,

convencido disso, não admite exclusivismo fanático de filosofia, ou instrumentalização do homem. É também consciente de que toda verdade e afirmação é algo de limitado, sujeito a esgotamento. Há sempre uma tentação de absolutizar, de idealizar demais. O caminho certo, mais uma vez, é o equilíbrio da inteligência criadora e moderadora que com ação tempestiva se harmoniza com os sinais dos tempos, inventa novas adaptações e intervenções.

A especulação filosófica, a teoria, não pode caminhar sozinha, mas deve ser acompanhada inteligentemente pela praxe. A experiência, por sua vez, deve ser assistida pela crítica. O Mepes coloca este princípio de "alternância" como constante básica na evolução do Movimento: é um tipo de "diálogo", obrigando base e cúpula a uma atitude humilde de aproximação controlada de valores teóricos e programas concretos.

Vai aqui um elemento válido no conjunto estrutural. A "supervisão" do sistema será representada por um Centro de Reflexão: os representantes dos órgãos empenhados são convidados periodicamente ao "Centro" para formular a sua crítica, refletir sobre as experiências, criar no Movimento uma dialética e tensão de superação contínua.

Pluralismo de Visão e de Obras

Homem livre e criador, operador da sua própria evolução, e comunidade engajada na solidariedade e intercâmbio para a promoção global: são duas colocações básicas desta filosofia. O terceiro alicerce da inspiração do Mepes é o Pluralismo. A exi-

gência de não absolutizar, de não instrumentalizar, e o esforço de harmonizar o idealismo com a realidade, levam o Mepes a uma extensão de horizontes no pluralismo quase que ilimitada.

O Mepes faz questão de aceitar sem restrições a contribuição de todos os elementos (indivíduos e grupos) impelidos pelo mesmo anseio de promoção humana integral. Podem e devem ser admitidos sob a fórmula da colaboração sincera homens de visão e formação diferente, de qualquer orientação social, política ou religiosa.

Com esta visão pluralista, o Movimento não se apresenta como a-religioso ou a-político, e sim pluri-religioso e pluri-político. De fato, conseguiu reunir ao redor de um objetivo concreto os elementos mais distantes e até contrastantes. Médico, agrônomo, sociólogo, sacerdote ou pastor, agricultor, comerciante, brasileiro ou de outro país, todos contribuindo para a realização da obra comum.

O mesmo pluralismo mostra-se no plano da iniciativa. O Mepes não supõe ou garante que uma iniciativa escolhida deva permanecer indefinidamente. A "democratização", no sentido mais válido da palavra, quer dizer qualquer enriquecimento de uma população emergente: a ênfase não está nos meios concretos, mas sobretudo na integração e participação responsável de todos os membros no crescimento da sociedade.

Intervenção Direta no Meio Rural

Depois de ter salientado os pontos essenciais da "inspiração" do Mepes, nos será mais fácil encontrar a res-

sonância desses princípios na metodologia característica do Movimento.

A situação das comunidades agrícolas do Espírito Santo era uma realidade de emergência e inferioridade: mas, foi encarada pelo Mepes como problema essencialmente "humano". Massa de indivíduos social e economicamente marginalizados, por falta de equipamento e de recursos: ainda mais, pobres no espírito, atrasados na técnica rural por falta de conhecimentos, e virtualmente paralisados na sua evolução humana por não terem suficiente orientação e conscientização.

Sendo que as iniciativas atingem um meio prevalentemente rural, o Movimento faz questão que as escolas penetrem no interior: isto não com a pretensão de fixar o povo no campo, mas para educar o agricultor a fim de que, no caso de que ele emigre para a cidade, saiba como "vencer" na vida, como entender e dominar o novo mundo. Contudo, a escola é tipicamente agrícola, e concebida de maneira a formar agricultores capazes de assumir conscientemente a iniciativa para o progresso.

A "alternância" mais específica da "Escola-família rural" consiste na sucessão de períodos em que o aluno fica na escola e períodos de vivência no meio. Pareceu indispensável conjugar constantemente os dois polos da existência: vida-escola; fatos-análise. Esta didática oferece ao jovem a oportunidade de mergulhar no ambiente dele, mas com olho científico. Ao mesmo tempo, no período escolar, o aluno torna-se capaz de uma reflexão profunda, crítica, criando nele uma tensão promocional entre

"situação real" e "situação ideal". O regime de internato é justamente para que a reflexão seja suficientemente forte em relação ao período de permanência em casa.

Currículo-Instrumento

Os responsáveis didáticos do Movimento, depois de cuidadoso estudo, optaram por um tipo de ensino que fôsse ao mesmo tempo adequado às condições do ambiente e às finalidades de promoção humana do aluno. O currículo devia garantir a formação do "agricultor técnico", e tornar o jovem capaz de dominar inteligentemente a situação e a própria técnica. Por isso, as disciplinas são distribuídas em três núcleos: humanas, científicas e técnicas, sendo a agricultura o ponto de partida da orientação profissional e a base comum de interesse.

Aqui também o ponto crítico foi superado através de uma fórmula de "alternância". A previsão para o futuro deveria ser a seguinte: nem formação totalmente técnica, com preocupação de maior produção, nem toda humanista visando tornar o homem mais livre e criador. Currículo exclusivamente humanista significaria determinar a orientação do aluno num só sentido: todavia, ninguém pode vincular definitivamente o futuro do jovem. Apesar disso, a título experimental, decidiu-se diferenciar no currículo dois tipos de escola, uma com orientação mais técnica, outra mais humanista, a fim de operar uma síntese após experiências suficientemente conclusivas.

Há, porém, toda uma série de iniciativas formativas, além das aulas.

Entre as outras, aparecem no programa os "serões" — 4 por semana — com discussão em comum, com presença de líderes locais, chamados para tratarem sobre realizações da Prefeitura, da Paróquia, ou de outras instituições. Nos domingos em que os alunos ficam na escola, organizam-se visitas às fazendas da região, viagens de estudo à capital ou a outra cidade do Estado. Estas viagens têm por finalidade descobrir as recíprocas vinculações entre cidade e interior, despertando o espírito crítico do aluno.

Escolas de Comunidade

Deve ser enfatizada a outra característica da "Escola-família rural" do Mepes, que é a de agir diretamente sobre as comunidades, oferecendo ensino de renovação a partir do próprio meio. Já no segundo ano (1969) as escolas chegaram a ser 4, com 2 cursos alternados, atingindo cerca de 170 rapazes. Contudo, o que mais devia atingir e "chocar" o meio não era nem podia ser o aspecto quantitativo.

A fórmula da "Escola-família" foi estudada para despertar o interesse das famílias e engajar a população no processo de renovação.

Já com a pesquisa inicial procurou-se animar as comunidades, que deram a sua colaboração com meios e pessoal na construção e manutenção das escolas rurais. No período escolar, é o "plano de estudo" que representa o elemento fundamental para a conscientização da comunidade. Este plano não é um trabalho individual do aluno, como de costume, mas essencialmente comunitário. O estudante agrícola leva para casa

tudo mês um texto de entrevista, com 40-50 perguntas, a serem respondidas pelos pais e familiares.⁴ As perguntas analisam uma situação real, provocando um diálogo do aluno com a família e o meio social, levando também a comunidade a uma progressiva orientação e tomada de consciência.

Além disso, para cada escola foi instituída uma "Associação de Pais" dos alunos e ex-alunos, tendo a mesma a finalidade de esclarecer os genitores sobre os problemas da formação dos jovens, para promover o cooperativismo de base, e favorecer a ação e reflexão no meio sócio-político. Os professores não se limitam às aulas na escola, mas têm como tarefa própria visitar as famílias, travando conversas sobre a educação dos filhos e os problemas da região.

Enfim, a escola promove, por meio dos alunos, reuniões, bem como a criação de clubes de jovens agricultores: este trabalho de base, aliás, vai ser útil para a realização de um plano cooperativista, que facilmente fracassaria se não fosse precedido por uma ação profunda de conscientização dos agricultores.

Da "Invasão" ao Relacionamento

No plano promocional do Mepes, o princípio da solidariedade e fraternidade, na base do intercâmbio e pluralismo autêntico, encontrou oportuna e feliz aplicação no caso da colaboração com entidades e grupos estrangeiros.

Desde o começo a colaboração com a Itália se apresentou mais viável, de-

vido a algumas circunstâncias favoráveis, como a presença de muitos imigrantes italianos no Espírito Santo, e a atuação na área dos padres jesuítas, também italianos.

A população capixaba já aceitava tranquilamente o auxílio do exterior sem contestar ou censurar a "invasão do campo". Contudo, a Direção do Movimento levava em consideração os perigos derivados da mera implantação de esquemas estrangeiros.

Qualquer colaboração com o estrangeiro, representado por técnicos leigos ou pelos próprios padres, devia ser encarada numa visão nova, a da integração. Superando a imagem do pioneiro que exporta os valores da sua pátria de origem, que impõe as suas tradições e modelos, vinha se esclarecendo a atitude daquele que sincera e simplesmente entra em diálogo oferecendo o que ele tem, contribuindo assim para o progresso cultural da sociedade em que ele se encontra. Esta solução adquiria mais valor na convicção de que na América Latina, e particularmente no Brasil, está nascendo uma nova civilização não pertencente a este ou àquela povo, mas à humanidade inteira; e que portanto para o surto do progresso têm que colaborar todos os homens de cultura e boa vontade, sem distinção de origem e mentalidade.

A solução foi encontrada no intercâmbio recíproco. Não há quem receba e quem dá, mas todos recebem e todos dão. O Movimento não se

4. O assunto é de caráter técnico-agrícola, econômico e social: podem ser questões sobre o milho, arroz, banana, sobre mão-de-obra, propriedade, situação da comunidade, etc.

apresenta "pedindo ajuda" mas oferecendo uma experiência: se a entidade ou a pessoa fôr interessada estabelece uma base de colaboração, sabendo de antemão que quem recebe são os dois. O intercâmbio unívoco e unilateral cede o lugar a um "relacionamento" bilateral. Já agora, também a parte brasileira conta com uma presença de forças de alto ní-

vel, técnica e criticamente capacitadas.

O que importa, contra qualquer instrumentalização e massificação, é colocar o homem, o trabalhador, como sujeito do seu desenvolvimento, diretamente engajado no processo democrático de realização das reformas, chamado por vocação primordial a realizar como responsável a sua função específica na sociedade.

ANÁLISE CRÍTICA

FEIÇÕES PRÓPRIAS DO MEPES

As notas que precedem apresentam o Mepes. Analisamos a seguir alguns de seus aspectos, submetendo-os a certas indagações críticas. O motivo disto é a própria vitalidade do Movimento, que suscita considerações úteis para qualquer um que quiser aproveitar da experiência de outrem.

Mesmo em apreciando certos aspectos parcialmente negativos, achamos que estamos colaborando com o Mepes, pois ele apresenta um ambiente ideal para este diálogo franco. Aliás alguns dos reparos aqui registrados foram feitos pelos seus membros.

O Agente Externo

Pelo exposto nas páginas precedentes, salta aos olhos a presença de um personagem característico do Mepes: o agente externo, não originário da comunidade. É o sacerdote estrangeiro, são os técnicos italianos, são os enviados de organizações nacionais e internacionais, que aparecem continuamente. Um contato direto com o ambiente confirma a impressão: o agente externo está presente. Presente, às vezes, ainda com

todos os seus hábitos, originários de outro meio social e, em muitos casos, de outra nação.

A justificativa básica apresentada, desenvolvida e teorizada pelos próprios interessados é a "lei do intercâmbio": cada pessoa, cada grupo, traz o que lhe é próprio visando um enriquecimento mútuo das experiências. Dentro desta mentalidade orienta-se a superação de atitudes paternalistas, tradicionais em agentes externos: estes não são mais considerados simplesmente como os que vêm para "dar", "ensinar", "dirigir", e sim, fundamentalmente, como os que colaboram com um processo no qual se inserem e do qual só parcialmente são responsáveis. Eles têm pelo menos tanto que aprender quanto que ensinar.

Esta idéia não está contudo isenta de perigos. O primeiro é o de importar inconscientemente modelos inadequados: este perigo é tanto maior quanto mais "tranquila" fôr a consciência do agente externo a respeito de seu próprio trabalho. Ele pode iludir-se supondo já ter efetuado as adaptações necessárias, só porque está predisposto ao diálogo. Daí

a necessidade de uma identificação progressiva mais profunda do agente externo com o meio em que vive e ainda mais com o ambiente (o que é mais difícil) em que atuam os membros de menor projeção no movimento — as famílias camponesas do lugar.

Outro perigo, embora de menor gravidade, é o de racionalizar o que foi decidido tão só por causa de circunstâncias fortuitas, como se tal decisão fôsse produto de um lídimo espírito de intercâmbio.

Verdade é que vários agentes externos, a começar pelos próprios fundadores, só pensaram em intercâmbio e em suas motivações depois que já o tinham escolhido e realizado. Com efeito, eles já estavam instalados e já tinham dado início ao trabalho no lugar.

Estas observações querem somente alertar sobre possíveis dificuldades. Fica, porém, assente que a introdução de agente externo é, normalmente, o primeiro passo do desenvolvimento, pois a sociedade subdesenvolvida, se define por sua incapacidade de auto-determinação. A própria importância que o Mepes atribui à base como fonte de decisão exige, portanto, a imissão deste catalisador de energias embotadas, as quais de outra forma não passariam de meras potencialidades.

1. No século passado, em outro ambiente e outras circunstâncias, os "Probos Pioneiros de Rochdale" descobriram o pluralismo (os princípios e a aplicação concreta) por sua própria reflexão, com a contribuição de membros pertencentes a várias orientações políticas e religiosas, dando origem assim a um dos movimentos mais dinâmicos de cooperativas. Cf., por ex.: GAYOTTO & BARROS. Os Realizadores. São Paulo, Departamento de Assistência ao Cooperativismo, 1967 (Série Doutrinária — N.º 11).

O Pluralismo

Uma visão pluralista do mundo contribui profundamente quer para enfrentar e solucionar os problemas do intercâmbio acima mencionados, quer para despertar uma comunidade para valores e modelos de comportamento que serão fatalmente introduzidos pelo processo de modernização.

No caso do Mepes, o Movimento, através de alguns de seus líderes, insere o pluralismo na comunidade, antes que a mesma se tenha tornado pluralista. O agente externo é quem toma a iniciativa.¹ Não se limita a provocar o desenvolvimento de valores existentes, mas introduz outros novos, que permanecerão algum tempo inassimilados. Quando as comunidades tiverem todo o acesso à vida e a cultura modernas já terão realizado esforços concretos para superar as barreiras do atraso social (desconfiança, preconceitos) que impediam uma convivência pluralista.

São evidentes as vantagens desta iniciativa — mesmo que unilateral — num mundo em que as mudanças de atitude costumam ocorrer com rapidez, na passagem do campo à cidade, enquanto que as comunidades rurais resistem à transformação.

Mas há também perigos e sobretudo limites, que consistem especialmente no fato de que os valores pluralistas não foram ainda assimilados, mesmo pela maioria dos líderes do

movimento. Todos aceitaram, de fato, explicitamente as diretrizes práticas da ação pluralista. Alguns, porém, inconscientemente, estavam ainda convencidos de que o movimento assim organizado iria beneficiá-los em certas aspirações particulares, de cunho político, religioso ou social. Tal atitude corresponde a uma instrumentalização do pluralismo, o que é essencialmente anti-pluralista. Como era de se esperar, a adesão inicial esfriou em breve tempo.

O fato, contudo, de ter introduzido nas comunidades, este modelo, embora fortemente disforme dos modos tradicionais de pensar, não deixa de ser positivo, no sentido de preparar o terreno para a situação que necessariamente vai se criar.

Participação no Planejamento

Um dos segredos do sucesso do Mepes é o fato de ter conseguido fazer com que o povo, mesmo o do interior mais isolado, participasse do processo de planejamento.

A própria fixação das prioridades foi determinada em reuniões e debates com participação das famílias interessadas. De fato, a primeira orientação da equipe organizadora era a de dar prioridade ao problema de saúde, chegando a conceber a idéia de um hospital volante.

Nesses debates lançaram-se, pelo contrário, as bases de um sistema educacional mais adaptado ao campo. A própria fórmula da escola-família, indubitavelmente importada, foi uma resposta concreta às prioridades fixadas em reuniões populares.

Outro exemplo dessa participação é a maneira de conduzir a pesquisa.

Além de uma análise objetiva da situação, dos problemas, o levantamento constituiu um processo pelo qual as comunidades foram tomando consciência de suas necessidades e possibilidades: em lugar de ser etapa prévia, foi um primeiro passo para o desenvolvimento.

Este procedimento diverge do modelo encontrado em planificação, segundo o qual, após um estudo objetivo da situação, o órgão planificador decide as prioridades e os meios para levar as comunidades à implementação das mesmas. Em outras palavras, criam-se instrumentos para que o povo siga determinadas orientações previamente escolhidas.

A falta de participação da massa é frequentemente lamentada: suas razões, porém, nem sempre são analisadas com lucidez. Seria necessário compreender que o comportamento tradicional, inclusive a resistência à mudança e aos planos, tem sua razão de ser na vida do homem rural: dentro do ambiente em que ele vive, aquele é um comportamento válido. Se, para o seu desenvolvimento, novas atitudes e ação forem necessárias, a motivação e a orientação das mesmas devem ser procuradas dentro do mundo dele: e esta procura será já um primeiro passo para fazer com que saia de sua estreita visão. Destarte será ele o autor de seu desenvolvimento.

Tudo isso pode parecer uma elocubração abstrata. O que o Mepes fez, foi mostrar que pode ser realizado. Talvez em âmbito regional mais amplo, isso não seja tão viável: mas é necessário que se tente, antes de dar simplesmente o processo como impossível.

Um defeito do processo de planejamento, tal como foi elaborado pelo Mepes, pode ser o fato de exagerar a importância estratégica da área "escolhida". Na realidade, esta escolha nunca se realizou. Tratou-se simplesmente de um encontro de pessoas numa área na qual já estavam trabalhando ou previam que iam trabalhar. Era o problema do "que fazer", não o problema do "onde". Não obstante isso, foram apresentadas motivações amplamente elaboradas sobre a oportunidade de aquela área servir para uma experiência-piloto. Justificou-se o que já fora determinado: um vício comum do planejador.

Notemos, contudo, que esta justificação, na medida em que contribuiu para motivar os agentes da mudança social, pode ter tido papel dinâmico e positivo, podendo até tornar-se um primeiro passo para abrir os horizontes a uma visão mais ampla e universal do desenvolvimento.

Globalidade de Ação

O Movimento tende espontaneamente a uma ação em todos os níveis, em todos os setores. Quer englobar especialistas nos campos mais variados, entrosá-los para uma finalidade comum. É fácil compreender tal aspiração dentro do ambiente relativamente simples do campo em que só há alguns problemas básicos, apresentando uma variedade limitada de aspectos. Mas é da mesma forma difícil prever como esta tendência poderá permanecer a mé-

2. É frequente a pressão sobre membros do Mepes para se candidatarem a cargos políticos, pois vários deles são pessoas das mais qualificadas e com maior capacidade de liderança. O englobamento do Movimento todo dentro de algum esquema político estadual não está também totalmente fora de cogitação.

dio e longo prazo quando a sociedade local se tornar progressivamente mais complexa.

Mormente, não sabemos como tão variadas interrelações poderão ser englobadas num movimento único sem transformá-lo numa máquina impessoal, ou seja, a própria negação da inspiração primitiva.

No particular, o aspecto político pode apresentar dificuldades mais graves, já a curto prazo. Falamos aqui do político no sentido estrito — partidário —² incluindo a participação na organização, nas campanhas e nas eleições.

Caso o Movimento, como tal ou através de "representantes", aceite tais implicações, vai correr sério risco de tornar-se integrista (totalizante), além de poder destruir em breve o clima de inter-relações pluralísticas que vem sendo estimulado com tanto esforço.

O mais natural para um movimento desta natureza será constituir-se em grupo de pressão que represente os interesses legítimos da população na qual surgiu. O Movimento está, de fato, construindo canais de comunicação entre as várias camadas da população. Aliás, bem dificilmente um partido poderá alcançar a representatividade que o Mepes já possui. Claro que será sempre necessário um relacionamento com homens do governo: este relacionamento não se fará através uma facção política, mas sim fazendo-lhes perceber as tendências, necessidades e realizações da base, integrando-os na ação comum com a mesma.

Solidariedade Familiar e Comunitária

Queremos aqui tentar penetrar um pouco mais no dinamismo em ato e em seus moventes. O Mepes, é movimento de base: vai aos estratos marginalizados da população, procura dinamizar, diretamente, as pequenas comunidades locais; escolheu para isso um caminho: entrar na comunidade através da família.

Numa colaboração mútua entre as escolas, as famílias e a organização geral do movimento, visa-se englobar a comunidade toda num processo de desenvolvimento. A ação educativa, escolar e familiar visa obter indivíduos não somente esclarecidos, mas adultos em sua capacidade de decisão e participação.

Os indivíduos e grupos são expostos a situações das quais se espera um impacto para que o homem acorde. Jovens são levados a outros ambientes, alguns ao estrangeiro, colocados fora dos problemas tradicionais. Planeja-se levar grupos de agricultores ao exterior, com a mesma finalidade.

Esta abertura de horizontes visa modificar os valores que a sociedade tradicional traz em si. Nesta existem tensões, mas predominantemente de cunho negativo, que não levam a desencadear um processo de mudança. A educação é concebida como geradora de novos valores e, portanto, também, de conflitos com os valores antigos.

Indubitavelmente tal renovação e tal conflito são dinamismos necessários à transformação. Cabe, porém, perguntar-se se, por um lado, um movimento concebido desta forma conseguirá criá-los, e se, pelo outro, criando-os, não incorrerá certos perigos.

Quanto à probabilidade de sucesso em gerar transformações profundas há, em princípio, alguns motivos de dúvida. Antes de tudo, o processo não envolve uma revisão da estrutura de poder: em sua ânsia de congregar todos para o esforço comum, apela, inclusive explicitamente, para a colaboração do poder estabelecido. E a "filosofia" solidarista (aparentemente até em excesso) pode ser assimilada em forma de ideologia apaziguadora e fugir ao realismo dos fenômenos de poder, de dominação e da conseguinte necessidade de certos conflitos para superar a fase de estagnação.

Por outro lado, fazendo apêlo especialmente aos jovens e criando fortes vínculos na base das classes sociais, o movimento se transforma necessariamente em grupo de pressão. Sobre este ponto cabe perguntar-se qual será a reação das áreas políticas que detém o poder local mais por tradição que por força de suas iniciativas: não poderiam elas reagir negativamente, manipulando os canais de poder de forma a impedir o desenrolar-se do processo?

Estamos diante de dois perigos opostos: a ação insuficientemente transformadora, por demais "tranquila", e a provocação de uma reação tal que acarrete a frustração. O equilíbrio (não a simples equidistância), numa situação dinâmica criada conscientemente, será a solução mais madura para a qual os "adultos" que o Movimento visa formar se devem preparar.

Trilhando este caminho, é claro que as comunidades que participam do Movimento assumirão uma consciência política cada vez mais esclarecida, engajada e aberta às necessárias transformações.

PERSPECTIVAS EM OUTRAS ÁREAS: POSSIBILIDADES NO NORDESTE?

O Mepes pode ter nascido por acaso. Mas nasceu e cresceu. Sua localização atual é no chamado "Estado-ponte". A idéia do Espírito Santo como "Estado-ponte" não é só do Mepes, e sim de vários ambientes capixabas. Talvez se trate de uma racionalização para justificar o que se quer: querem o desenvolvimento do Estado; encontram obstáculos em nível regional e nacional; para superá-los, desenvolvem uma motivação: o "Estado-ponte", entre o Nordeste em desenvolvimento e o Centro-Sul mais desenvolvido.

Mesmo se assim fôr, nem por isso pode-se rejeitar a imagem e a função propostas; ainda mais em se tratando de sua aplicação ao Mepes, experiência, como vimos, de ampla validade. Em particular, interessamos analisar uma sugestão implícita na imagem da "ponte": o que o Mepes está fazendo, não poderia passar também a outras áreas? Especificamente: não poderia ser "aplicado" de alguma forma ao Nordeste, o terminal em que a "ponte" está ainda inacabada?¹ Embora não tenhamos intenção de oferecer uma resposta definitiva a estas perguntas (a uma experiência só se pode responder com outra experiência), tentamos pelo menos delinear, a seguir, algumas pistas que possam ser indicativas. A solução deverá ser estudada em cada caso pelos que estiverem engajados na experiência. Da parte

1. As emigrações da área do Mepes dirigem-se em sua quase totalidade para outros pontos do centro do país... E a rodovia BR 101, que deveria ligar o Nordeste ao Sul passando pelo Espírito Santo, só está ligando, por enquanto, o Espírito Santo à Guanabara.

do próprio Mepes já foi lançada a proposta, a quem estiver interessado, em participar nos trabalhos da Escola para Monitores, que começará suas atividades em 1971, em Alfredo Chaves, Espírito Santo. O estágio de técnicos de outras áreas nessa escola poderá facilitar a adaptação do modelo a situações diferentes, provocando uma reflexão que elabore novas respostas e contribuindo para alargar os horizontes do próprio Mepes.

Passagem para Diferentes Situações

Essencial é perceber as diferentes situações das várias áreas. A comunidade rural na área atual do Mepes apresenta feições características, fruto da tradição profundamente marcada pelos usos e costumes dos colonos de origem italiana e alemã. A estrutura rural caracteriza-se por uma predominância de pequenos e médios proprietários, sendo frequente o trabalho executado pelo chefe de família (proprietário ou meeiro) com os seus dependentes e apresentando assalariados em muito menor número.

É uma população sócio-economicamente apegada às tradições, fechada, mas que, quando conseguir perceber que pode desenvolver-se, encontrará em sua própria situação estímulo para tal.

A estrutura das propriedades e as características das comunidades ru-

rais nordestinas apresentam raros exemplos de situações semelhantes a esta. Em muitos casos a economia local é dominada pelo latifúndio tradicional de origem colonial, ou pelas grandes plantações, até pouco tempo atrás consideradas modernas (pensemos na zona do cacau), ou por um minifúndio improdutivo onde a situação do "proprietário" é social e legalmente anômala.² Nos dois primeiros casos são frequentes os trabalhadores rurais sem terra e/ou os que ocupam um terreno do qual podem ser despejados sem possibilidade de recurso às vias legais; este último caso pode ocorrer facilmente, também com os minifundiários.

Acresce que, em geral, no interior, o coronelismo político ainda conserva fortes vinculações com o sistema econômico, transformando poucas famílias em "donos" de todo o território.

O quadro esboçado tão rapidamente não dá, é claro, uma imagem fiel da complexa realidade rural nordestina, nem, aliás, é isso que aqui se pretende. Era, porém, necessário indicar como o ambiente nordestino (pelo menos em geral) é altamente desestimulante do progresso agrário, em comparação com a área atingida atualmente pelo Mepes.³

Face a esta nova configuração do ambiente rural, surge a dúvida se o

2. Um exemplo entre muitos é o caso de "foreiros" no interior do Maranhão, que não pagavam o fóro. Quando padres locais começaram a instruí-los a respeito deste dever, e dos direitos que dele derivam, os proprietários (e eventuais compradores) opuseram-se porque isso regularizaria a situação dos foreiros e impediria um despejo sumário.

3. Para uma análise dos efeitos da situação rural sobre o desenvolvimento da agricultura no Nordeste, cf., por exemplo, Celso Furtado, *Dialética do Desenvolvimento* (Rio de Janeiro, Fundo de Cultura, 1964), pp. 145-162; Paulo Crespo, *A Reforma Agrária e o Desenvolvimento* (mimeogr.); C. G. Galvan, *Evolução da Renda per capita no Brasil: O Nordeste Comparado com o Resto da Nação: 1947-1946*, (Salvador, Universidade Federal da Bahia e Banco Econômico da Bahia, 1970), Cap. 5.

Mepes pode oferecer elementos característicos seus, passíveis de uma aculturação dentro do Nordeste. De saída, cabe lembrar, pelo menos, o fato de que o Mepes conseguiu como poucos aglutinar forças e realizar um processo de planejamento no qual as próprias comunidades tomam parte. Talvez seja esta uma sugestão que ajude certas áreas a sair do impasse em que as coloca a tradição vivida até o momento.

O segredo para conseguir nestas áreas o que o Mepes obteve em outras, está ligado especialmente a uma identificação dos eventuais agentes com a comunidade: identificação que deve ser distinguida da aquiescência e, muito mais, do compromisso com o grupo dominante. O agente (ou o grupo deles) deve "viver o drama" da camada marginalizada da população e fazer com que ela mesma se dê conta de que pode tomar alguma iniciativa, enquanto, de fato, já a estiver realizando. Só com esta autoconfiança pode ela participar do processo de planejamento de seu desenvolvimento.

Escolha de Áreas

A diferença do Mepes, parece que uma nova experiência poderia começar pela tarefa de escolher a área de ação, em lugar de encontrá-la já es-

colhida. Numa região como o Nordeste, isso é de grande importância, tendo em consideração que as situações são diversificadas dentro da região.⁴

O problema de método, nesta fase, reduz-se à identificação de áreas-chave nas quais uma experiência deste tipo seja viável e das quais possa propagar-se a outras áreas.

Alguns critérios a serem analisados para a escolha são os seguintes:

a) a infra-estrutura existente; em particular as comunicações, pois regiões com melhor rede de comunicação poderão ser atingidas com maior eficácia e, por sua vez, atingirão melhor as regiões limítrofes;

b) a concentração da população: importante para estabelecer o relacionamento necessário entre os vários agentes locais do processo. Pensemos, pelo contrário, na dificuldade em reunir lavradores para debates onde a população é rarefeita e dispersa;

c) a possibilidade de repercussão e expansão para áreas mais vastas: elemento claramente relacionado com os dois anteriores. Notemos como não se trata somente de usar racionalmente as forças, visando atingir indiretamente outras áreas (maior resultado com menor esforço), mas também de imprimir maior dinamismo ao movimento em si: a possibilidade de repercussão é já um fator estimulante para a própria comunidade local;

4. Agradecemos, em particular, às equipes da ANCARBA e do IBCR por uma série de sugestões oferecidas a respeito do que é debatido a seguir.

5. Nos "kibbutzim" e nos "moshavim" de Israel, por exemplo, a terra é propriedade do Estado, como aliás todo o solo nacional. Nem por isso a população deixa de ter alto grau de participação e poder de decisão.

d) a distribuição da propriedade (esteja, ou não, relacionada com a densidade demográfica). Não parece viável, de fato, uma experiência deste tipo (como aliás, em geral, as atividades que imprimem maior dinamismo à comunidade local) em áreas onde poucos detêm todo o poder sobre o uso dos meios de produção. Trata-se, propriamente, mais do poder de decisão econômica do que da distribuição da posse da terra, como tal.⁵ Devido, contudo, às vinculações existentes em nossas sociedades rurais, os dois fenômenos estão interligados.

Outros dois critérios poderiam ser levados em consideração, além dos quatro acima, ou seja:

— a presença de atividades agrícolas em crise;

— o comércio feito através de caminhões, que talvez poderia causar impacto à distância.

Uma ação com características análogas às do Mepes poderia em tais áreas ter algum sucesso: em particular, as escolas-família com o ritmo da alternância e o currículo adaptado. Para outros ambientes uma maior intervenção dos poderes públicos se torna imprescindível, particularmente no caso de alta concentração da propriedade.

Importação e Desligamento

Trata-se de uma ocasião que se apresenta: contato com uma experiência alhures já implantada com

sucesso e aproveitamento de elementos da mesma em outro ambiente. Isto, num momento em que grande parte da área agrícola do Nordeste está requerendo medidas de ação profunda para o seu desenvolvimento.

Para não reduzir-se a uma simples importação de modelos, que se tornaria uma superposição, vale a pena apontar alguns elementos de validade mais universal dentro da ação até agora desenvolvida.

Antes de tudo, cabe lembrar a participação das comunidades no processo de planejamento, participação já realizada em nível bastante profundo pelo Mepes, e, portanto, realizável, pelo menos em condições que apresentem alguma analogia. Um dos segredos desta participação é a inventividade do agente de desenvolvimento em ir introduzindo no processo de planejamento pessoas que nunca se imaginaram capazes de tal. À medida que os agricultores são contratados, são também convidados a dar seu parecer sobre o tipo de ação a ser empreendida.⁶ Isso pode parecer utópico especialmente em se tratando não só de utilizar líderes locais, mas também de provocar o surgimento de novos líderes e dar aos outros chances de decisão dentro da comunidade. Mas o caso do Mepes não é o único em que se conseguiu uma evolução desta natureza: várias experiências nordestinas já tiveram igual sucesso.⁷

A ação a ser empreendida deverá, portanto, ser planejada com os inte-

ressados, mais do que em favor dos mesmos. O que não exclui a presença de agentes externos, pois o fim colimado é justamente atingir aquelas massas que, pelo estágio de subdesenvolvimento em que se encontram, não saberiam por si sós tomar ainda decisões tendentes a alterar o seu sistema de vida.

Outro elemento aproveitável é a integração entre os vários agentes interessados na promoção da massa. Integração que está cada vez mais ligada a uma superação de antigas rivalidades, a um sair de compartimentos-estancos e, portanto, à penetração de uma mentalidade pluralista. A difusão de tal mentalidade, já concretizada em vários ambientes urbanos do Nordeste, poderá facilitar uma penetração da mesma também no campo.

Estes elementos, e outros talvez, podem ser apontados como aprioristicamente válidos, inclusive para áreas de textura diversa que a do interior do Espírito Santo. Um contato, um estudo, uma reflexão conjunta com os próprios integrantes do Mepes, iria aos poucos contribuindo para apontar procedimentos e técnicas práticas, bem como as necessárias adaptações ao novo ambiente. Evitar-se-ia, destarte, a simples importação do modelo e facilitar-se-ia o desligamento estrutural da nova experiência com relação à original, sem com isso perder as vantagens que provêm do contato entre pessoas e

6. Por exemplo, quando o pai de um candidato à escola rural apresenta seu filho à direção, pode ser surpreendido pelo convite que lhe é feito para participar da banca examinadora: será esta a primeira vez que ele descobre que sabe alguma coisa e que pode opinar além das paredes domésticas.

7. Por exemplo, as Rurópolis e a Reforma Agrária do Cabo em Pernambuco.

instituições análogas. Este intercâmbio proporcionaria maior integração, em nível interregional, de várias instituições de base.

Extensão e Impulso Interno

Talvez seja esta melhor perspectiva que a ação do Mepes tenha no momento: alargar seus horizontes sem perder aquele contato contínuo com o corriqueiro, com o cotidiano, que o caracteriza. De fato, percebe-se uma necessidade de perspectivas mais amplas. Nota-se, além disso, entre os jovens que mais recentemente vieram integrar-se no movimento uma certa dificuldade em assumir a mística que lhe deu o impulso originário: passados os primeiros períodos, a abertura de novos horizontes pode contribuir para manter e comunicar o dinamismo grupal.

A relação com outras áreas pode abrir tais perspectivas e oferecer aos novos integrantes um impulso semelhante ao que tiveram os iniciadores quando começaram a descobrir a finalidade à qual se dedicavam. Destarte, a ampliação da experiência, além de acarretar a extensão dos benefícios desta iniciativa a ou-

tras localidades, contribuirá para oferecer ao próprio núcleo central novas motivações.

Conclusões

Podem parecer escassos os frutos deste estudo de perspectivas. Os elementos julgados aproveitáveis, afinal, são os mais genéricos: inspiração, princípios ou idéias, sobre as quais é relativamente fácil chegar-se a um acordo. Quanto aos elementos práticos, de implementação e metodologia, é mais difícil dizer se poderão ser aproveitados alhures.

Devemos mencionar, pelo menos, as Escolas-família, com o ritmo de alternância que as caracteriza. Seria prematuro dizer que este método é aplicável aqui ou acolá, antes de ter examinado as condições de vida das comunidades locais.

Esta falta de segurança prévia a respeito da aplicabilidade do método concreto, deve, contudo, servir mais de estímulo que de obstáculo a quem quiser tomar iniciativas análogas às do Mepes. Agirá, assim, com aquela inventividade que caracterizou os líderes deste Movimento.

ABORDAGEM DA PROBLEMÁTICA RELIGIOSA

Foi apresentado um modelo concreto de desenvolvimento de uma comunidade agrícola. Temos visto como, desde o início, existiu a preocupação constante de operar dentro de uma síntese dialética entre os dados técnicos e os princípios motivadores.

Esta preocupação parece-nos fundamental e vital para o MEPES.

Depois de ter projetado algumas luzes sobre certos problemas sócio-econômicos suscitados pela experiência concreta, faremos, aqui, algumas breves reflexões, visando, em primeiro lugar o problema particular das **relações entre desenvolvimento e religião**, em segundo lugar, o problema do **pluralismo**.

1. Religião e Desenvolvimento

A introdução numa comunidade de um instrumental técnico não é um fato puramente técnico, qualquer seja a consciência daqueles que propõem a mudança.

Um instrumento técnico modifica a maneira de viver, a organização social e, em consequência, a **mentalidade**, os **valores** da comunidade.

Gera um impacto em toda a cultura, isto é, no "estilo de um povo, seu modo peculiar de realizar-se e de expressar-se, que necessariamente comporta uma visão organizada do mundo, do homem e de seu destino".¹

O desenvolvimento, sendo um problema de libertação, é, em definitivo, um **problema cultural**. A planificação deve ser integrada não só por uma transformação de estruturas econômico-políticas, mas, também, por uma transformação de mentalidade e comportamento dos homens.

Se não for assim, a mudança técnica poderá levar a um trauma, a uma perda de valores e ser fonte de subdesenvolvimento humano. Por isso, todo e qualquer modelo de desenvolvimento deve incluir uma preparação sócio-cultural, deve considerar o caráter global da cultura.

É verdade, que para o desenvolvimento são dois caminhos possíveis: o caminho da **ruptura radical** com todas as antigas estruturas sociais (caso, por exemplo, da China) ou o caminho **mais progressivo** pelo qual os homens se tornam eles mesmos responsáveis por suas mudanças de mentalidade.² Também o primeiro caminho exige uma apreciação do processo cultural na elaboração de uma nova mentalidade. Além disso, no nosso caso, o segundo caminho é mais conforme à inspiração do MEPES, que sempre procura comprometer toda a comunidade no processo de desenvolvimento.

Afirmando a necessidade de uma consideração global de todos os valores humanos, limitar-nos-emos à consideração do valor religioso, que faz parte desta totalidade.

1. R. VEKEMANS, *La reforma y el ethos cultural*, Mensaje, 1963, n. 123, p. 637.

2. Cf. J.-M. ALBERTINI, *Les mécanismes du sous-développement*, Paris, Ed. Économie et Humanisme, 1967, p. 203-204.

Podemos colocar a questão das relações desenvolvimento-religião no seu duplice aspeto: 1. o impacto da religião sobre o desenvolvimento; 2. o impacto do desenvolvimento sobre a religião.

O Impacto da Religião sobre o Desenvolvimento

Em primeiro lugar, consideremos o problema em função do desenvolvimento, independentemente do ponto de vista da "fé" pessoal de cada um.

A religião é ou não é favorável ao desenvolvimento? O fenómeno religioso é impecilho, ou ao contrário, colabora para o progresso?

Sabemos que, onde a nova civilização técnica chega, se constata um desaparecimento pelo menos de uma religiosidade tradicional, tanto assim que alguns sociólogos consideram esta diminuição como índice de desenvolvimento.

Sabemos, também, que a resposta marxista é contrária à religião. Afirma, por exemplo, R. LOSADA ALDANA: "A transformação da realidade subdesenvolvida exige o impulso de um espírito ténicamente criador, de uma psicologia coletiva impregnada de protesto contra o atraso. A filosofia religiosa da resignação e de uma infinita recompensa celestial pelas penas deste mundo, cultiva uma atitude de conformismo, abertamente condizente com as forças terrestres mantenedoras do subdesenvolvimento".³

3. Dialética do subdesenvolvimento, Paz e Terra, 1968, p. 164. Hoje em dia a posição marxista é muito mais matizada e está reconhecendo, em alguns casos, a possibilidade de uma religião que não seja "ópio do povo".

O problema é saber se este conformismo é algo de intrínseco à religião ou se não existe um tipo de visão religiosa que não seja fatalista, mas que, ao contrário, possa estimular uma atividade responsável e criadora.

Temos que distinguir entre o conteúdo religioso e a cultura na qual este é expresso e vivido. Os sociólogos descobrem as modificações psicossociais e as visões religiosas que condicionam o ato de fé.

No mundo rural há uma visão adaptada à vida rural tradicional. O que caracteriza o homem do campo é a dependência diante da natureza, considerada como algo de misterioso, sagrado e inviolável. Deus, que fez a natureza, está presente nela como uma potência que tudo realiza.

Elimina-se a noção da causa segunda e da responsabilidade do homem, recorrendo-se imediatamente a Deus para resolver os problemas.

Daí o fatalismo ou o providencialismo que marca a religiosidade da América Latina. Os vários ritos são considerados não tanto pela sua significação, quanto pela sua eficácia em obter o que a gente precisa.

Ora, pelo menos no caso da fé cristã presente na zona considerada, não é difícil reconhecer como este tipo de religião depende mais do ambiente em que se desenvolveu do que do conteúdo autêntico da própria fé. Esta pode ser interpretada numa visão diferente do mundo, que respeite a responsabilidade do homem e o leve a um maior engajamento.

Dêste ponto de vista, religião e desenvolvimento não podem opor-se entre si. A vida religiosa orienta o homem para seu fim último, o qual implica no máximo desenvolvimento do ser humano. Doutra lado, um desenvolvimento considerado unicamente no nível das necessidades temporais deixa aberta a questão do fim último e absoluto.

No caso concreto da área de operação do MEPES em que a religiosidade tradicional com suas características de fatalismo está fortemente presente, será necessário que o planeamento considere o aspeto religioso, para ajudar e favorecer a mudança de mentalidade. É necessário passar de uma "religião obstáculo" a uma "religião estimuladora".

Há o perigo de instrumentalizar a religião, subordinando-a às necessidades temporais do desenvolvimento. Mas o perigo não tira a possibilidade intrínseca de uma fé autêntica, com reflexos favoráveis à mudança. Será tarefa dos responsáveis da vida religiosa evitar este perigo.

O Impacto do Desenvolvimento sobre a Religião

Devemos, por isto, considerar o problema mais do ponto de vista do evangelizador, analisando o impacto do desenvolvimento sobre a religião.

Querendo ou não, o progresso técnico leva a uma crise da vida religiosa. Não se trata de querer evitá-la. Todo e qualquer desenvolvimento opera-se por tensões e não podemos pensar em alcançar uma mudança dentro de uma total harmonia.

Isso não elimina a necessidade de fazer-se presente compreendendo e

dirigindo o fenómeno, com inteligência.

Há uma dúplice tentação: a de resistir, opondo-se a toda e qualquer mudança, ou a de eliminar todos os valores vigentes, desprezando-se a religiosidade rural como uma enxada com a chegada do trator.

Devemos lembrar que o nosso povo, através de sua religião, chega de fato a Deus. Na religião cósmica há um aspeto positivo, o reconhecimento de Deus, e um aspeto negativo, a identificação deste Deus com a natureza. Sabendo que o mundo não é Deus, mas "vestígio" de Deus, o positivo deve ser acatado e redescoberto num grau de maior pureza. Por isso, a religiosidade rural não deve ser simplesmente rejeitada, mas purificada. Deve ser considerada como "balbucios de uma autêntica religiosidade" (Medellin, 6, 4).

Não será difícil encontrar os princípios para esta purificação. Na Sagrada Escritura descobrimos que Deus confiou o mundo ao homem para transformá-lo, exigindo seu compromisso nesta tarefa. Se o estado final de perfeição do mundo e da humanidade depende de uma intervenção transformadora de Deus, não é menos verdade que exige o trabalho atual preparatório do homem como condição intrínseca de desenvolvimento. O "céu" não é outro mundo, mas o nosso mundo que chega à sua plenitude, integrando para isto, em dois níveis diferentes que se respeitam o esforço do homem e a ação de Deus.

Se, de um lado, o preceito do amor de Deus parece nos afastar do mundo, do outro lado, nós somos reintroduzidos no mundo com uma mo-

tivação ainda mais radical, pelo fato de Cristo identificar o preceito de amor a Deus com o preceito do amor do próximo. A partir deste momento a religião não é mais evasão, mas deve concretizar-se no esforço em busca de justiça, de paz e de liberdade a serem realizadas desde já.

Não se tratará simplesmente de apresentar estas verdades, mas, na base destes princípios, de procurar formar, juntamente com o povo, uma nova imagem de Deus, que seja mais conforme com a nova cultura técnica que está sendo introduzida. Precisa-se trabalhar a partir do nível das motivações e da cosmovisão, para que a mudança seja interiormente assimilada. Trabalho difícil e lento, garantia, porém, de um verdadeiro desenvolvimento integral.

2. O Pluralismo Religioso

Na inspiração ideológica que orienta o MEPES encontramos a seguinte afirmação: "O MEPES não é a-religiosos, mas pluri-religioso".

Nas notas críticas foram apontados os perigos de certos aspectos do pluralismo. Do nosso ponto de vista devemos acrescentar que se trata de uma intuição muito feliz, que deve ser valorizada.

No contexto atual da nossa sociedade tecnológica diante da dispersão das diferentes posições filosóficas e religiosas, somos frequentemente levados a uma fuga. Ficamos com o problema técnico do desenvolvimento, renunciando ao problema do sentido último, porque neste setor a gente não se entende mais.

O problema deve ser resolvido não com a eliminação do aspecto filosófico-religioso da realidade, mas com a afirmação pluralista do mesmo. Desenvolvimento a-religioso não tem sentido, a não ser que com esta palavra se queira indicar a legítima embora limitada autonomia, do aspecto técnico. Sendo que o tema central do desenvolvimento é o homem, não pode ser evitada a questão do seu sentido.

Como enfrentá-la? Através da afirmação do pluralismo.

A palavra e a realidade por ela indicada fazem parte do nosso contexto cultural. O Evangelho, através do mandamento do amor, nos convida a respeitar o outro enquanto outro, enquanto diferente de nós, enquanto ser livre.

Os documentos do Concílio Vaticano II insistem nesta linha: exigem o pluralismo na educação (Declaração sobre a Educação Cristã 6,2; 7,2), pedem a cooperação dos cristãos com todos os homens de boa vontade (Decreto sobre o Apostolado dos Leigos 14, 2; Decreto sobre a Atividade Missionária 12, 2; Constituição sobre a Igreja no Mundo de Hoje 21, 6; 57, 1), bem como respeito pelas opiniões divergentes e pelos que professam idéias ou religiões diferentes (Constituição sobre a Igreja no Mundo de Hoje 75, 5; 73,3). Sobretudo na questão religiosa o Concílio declara que "a pessoa humana tem direito à liberdade religiosa" (Declaração sobre a Liberdade Religiosa 2).

Tudo isto ainda é teoria. Como é possível realizar um trabalho num clima de pluralismo? Qual o seu fundamento ético?

O VEKEMANS concretiza mais esta exigência de liberdade num processo de desenvolvimento. Liberdade significa "aceitação e definição do pluralismo religioso, filosófico e doutrinário como ponto de partida para uma ética da convivência temporal e como formulação de um Bem Comum humano-temporal".⁴ Não se trata de impor uma opção comum para com o "Outro Absoluto", mas de aceitar, como fundamento do trabalho comum, a opção de liberdade do outro semelhante. A tolerância, fundamento do pluralismo, é acatada como norma ética. Também se não dividido as opções do outro frente o Absoluto, dividido sua liberdade na opção transcendente. Evidentemente "a tolerância implica a idéia do limite, além do qual a liberdade do outro vulnera minha liberdade, e vice-versa".⁵

Para encontrar este limite, que significa o Bem Comum de toda a co-

munidade será necessário o contínuo e franco debate entre todas as pessoas. O projeto de desenvolvimento e o projeto do "homem novo" que desse deverá resultar, dentro de uma visão pluralista, será fruto de um contínuo diálogo que respeite todos os valores e todas as opiniões presentes na comunidade.

Aqui reencontramos a inspiração e a metodologia do Mepes. Não somente procura a formulação de um Bem Comum humano-temporal, mas também promove o diálogo mais amplo sobre o sentido deste Bem temporal, e, última instância, sobre o problema do Absoluto, respeitando a liberdade.

A experiência parece muito interessante e promissora. Do ponto de vista pastoral pode significar toda uma nova linha de evangelização, a partir da afirmação inicial da liberdade e do pluralismo.

4. Art. cit., p. 642.

5. IBID.